



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA CREDENCIAMENTO ELETRONICO N.º 07/2025

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JABOTI, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:

1-MODALIDADE: Credenciamento Eletrônico n° 07/2025, nos **TERMOS DA [Lei nº 14.133, de 2021](#)**, **TIPO DE LICITAÇÃO:** Chamamento Público.

2- OBJETO: Chamamento Público para o Credenciamento de Oficineiros para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de oficinas/aulas socioeducativas, visando o estímulo e o desenvolvimento de ações de fortalecimento de vínculos das famílias atendidas no CRAS e através da Secretaria de Assistência Social, nas diversas faixas etárias (crianças/adolescentes/adultos).

3- PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL: Durante o período de **19/11/2025** à **18/11/2026**, no site www.blcompras.org.br.

4-PRAZO DE VALIDADE DO CREDENCIAMENTO: Apartir do dia **19/12/2025** às **09:30**, sob a condução da Comissão de Avaliação, designada pela A Secretária Municipal de Assistência Social. Serão avaliados todos os pedidos de credenciamento devidamente habilitados até o dia **18/12/2025**, conforme os critérios estabelecidos neste edital.

5-INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Departamento de Licitação, Prefeitura Municipal de Jaboti, na Praça Minas Gerais, 175, no horário das 08h00minh às 11h00min. e das 13h00minh às 16h00min. Edital completo, demais anexos, atas e contratos futuros no diário do município no site www.jaboti.pr.gov.br.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaboti, 04/11/2025.

Mariane Araújo Prestes,
Agente de contratação - Portaria n° 177/2025.



EDITAL DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JABOTI INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO nº. 07/2025

(Processo Administrativo 80/2025)

Torna-se público que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JABOTI**, através de sua Agente de Contratação a senhora Mariane Araújo Prestes, nomeada pela Portaria nº 177/2025, com a devida autorização expedida pela senhora Jacqueline Barbara de Jesus Leal, – Diretora da Secretaria Municipal de Assistência, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Social, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

Chamamento Público para o Credenciamento de Oficineiros para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de oficinas/aulas socioeducativas, visando o estímulo e o desenvolvimento de ações de fortalecimento de vínculos das famílias atendidas no CRAS e através da Secretaria de Assistência Social, nas diversas faixas etárias (crianças/adolescentes/adultos).

- a. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. A participação na presente licitação eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de credenciamento, ferramenta informatizada integrante do Sistema **BLL Compras**, no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, a partir do dia **19/11/2025**, com prazo final de **18/11/2026**.

2.2. O procedimento será divulgado no BLL Compras e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#).

2.3. A BLL Compras poderá ser acessada pela web ou pelo aplicativo www.bllcompras.org.br.

2.4. A sessão eletrônica será realizada às **09h30min do dia 19/12/2025**, sob a condução da **Comissão de Avaliação**, designada pela A Secretária Municipal de Assistência Social.



Serão avaliados **todos os pedidos de credenciamento devidamente habilitados até o dia 18/12/2025**, conforme os critérios estabelecidos neste edital

A **avaliação será de responsabilidade da Comissão de Avaliação**, que procederá à análise da documentação e das informações apresentadas pelos proponentes no sistema eletrônico.

A avaliação poderá ser interrompida para o recesso de fim de ano, retornando a partir de 05/01/2026.

2.5. Após a data da etapa de avaliação, eventuais oficinairos interessados, poderão se credenciar até o dia **18/11/2026**, ficando ao final da lista, em ordem de credenciamento.

2.6. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9 Não poderão participar do credenciamento:

2.10 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11 pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.12 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 2.13 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.15 O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.16 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.17 A vedação de que trata o item 2.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sistema **BLL Compras** e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

- 1.1. Na hipótese de contratação em mercados fluidos, percentual mínimo de desconto sobre as cotações de mercado registradas no momento da contratação;
- 1.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

- 1.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 1.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:
- 1.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 1.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 1.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 1.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

- 1.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 1.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 1.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

2. DA HABILITAÇÃO

- 2.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados somente na Plataforma da BLL Compras www.bllcompras.org.br.
- 2.3. O órgão credenciante terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
- 2.4. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
 - 2.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
 - 2.4.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 2.5.1. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

2.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

2.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

3. DOS RECURSOS

3.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

3.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

3.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

3.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 3 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

3.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

3.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (somente pela plataforma da BLL Compras).

3.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

3.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

3.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

3.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

3.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.bllcompras.org.br.

4. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

4.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

- 4.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
- 4.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
- 4.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 4.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 4.1.5. fraudar o credenciamento;
- 4.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 3.8.1.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 3.8.1.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 3.8.1.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 4.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 4.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 4.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 4.2.1. advertência;
 - 4.2.2. multa;
 - 4.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 4.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 4.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 4.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 4.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 4.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 4.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 4.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

4.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

4.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

4.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

4.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

4.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

4.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

4.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

4.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois)

ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 4.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 4.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 4.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 4.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.
- 5.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio:* www.bllcompras.org.br.
- 5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 5.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e Diário do Município www.jaboti.pr.gov.br.

6. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

6.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no *PNCP*, *BLL* e *Diário do Município*.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

7.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 3 (três) dias.

7.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

7.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

7.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

7.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

8. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

8.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:



- 8.1.1. A Comissão Permanente de Licitação, após análise da documentação dos participantes, e verificada a sua regularidade, procederá à convocação das empresas habilitadas para a realização da avaliação;
- 8.1.2. A avaliação será realizada no dia **17/11/2025** à partir das **09:30** horas.
- 8.1.3. Participarão da avaliação todas as empresas credenciadas até o dia
- 8.1.4. **16/11/2025**. A Comissão entrará em contato via (chat bl /telefone/ou e-mail) imediato com as empresas que forem habilitadas, mas cada uma terá a obrigação de acompanhar pela plataforma.
- 8.1.5. A avaliação será para identificar a sequência de escala dos profissionais, e as demais empresas que se credenciarem após a data do dia **17/11/2025**, seguirá por ordem de cadastro na plataforma da BLL;
- 8.1.6. A empresa terá até 3 (três) dias para assinar o contrato;
- 8.1.7. Após a assinatura do contrato a empresa poderá ser convocada a qualquer momento pela equipe da secretaria de Assistência Social para início da prestação dos serviços.

9. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

- 1.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
- 1.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
- 1.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:
 - 9.1.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 7 (sete) dias;
 - 9.1.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
 - 9.1.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
 - 9.1.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 9.2. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
- 9.3. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.



- 9.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
- 9.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular. 5º

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

- 10.1. O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da 12/10/2025.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.bllcompras.org.br e www.jaboti.pr.gov.br.
- 11.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.5.1. **ANEXO I** - Termo de Referência;
- 11.5.2. APENDICE I do **ANEXO I**- Estudo Técnico Preliminar
- 11.5.3. APENDICE II do **ANEXO I** -Análise de riscos da contratação
- 11.5.4. **ANEXO II** – Exigências para Habilitação;
- 11.5.5. **ANEXO III** – Declaração Unificada
- 11.5.6. **ANEXO IV** – Carta de Credenciamento
- 11.5.7. **ANEXO V**- Contrato;

Jaboti, 11/11/2025

Jacqueline Barbara de Jesus Leal
Diretora da Secretaria Municipal de Assistência, Cultura,
Turismo e Desenvolvimento Social.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CRENCIAMENTO DE OFICINEIROS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Chamamento Público para o Credenciamento de Oficineiros para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de oficinas/aulas socioeducativas, visando o estímulo e o desenvolvimento de ações de fortalecimento de vínculos das famílias atendidas no CRAS e através da Secretaria de Assistência Social, nas diversas faixas etárias (crianças/adolescentes/adultos).

As oficinas são: **TEATRO, JIU-JÍTSU, MUAY THAI, CAPOEIRA, MUSICALIZAÇÃO, INSTRUMENTALIZAÇÃO, XADREZ, PILATES, ARTESANATO E ATIVIDADES ESPORTIVAS**, de acesso gratuito à população e terão lugar em locais indicados e disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. É sabido da importância dessas oficinas para a comunidade, seja pela função social, educacional ou emotiva.

Das especificações do objeto:

Item	Qtd. Vagas	Descrição do objeto	Carga horaria mensal	Valor Unitário por hora	Valor Unitário mensal	Valor total anual
01	01	Oficina de Artesanato: contratação de profissional para ministrar aulas de artesanato tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças, adolescentes e adultos/idosos. Com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, conforme programação da	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00

		Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.				
02	01	Oficina de Atividades esportivas (educador físico): contratação de profissional para ministrar aulas tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças, adolescentes, idoso. Com carga horária de 04 (quatro) horas semanais no período vespertino num total de 16 (dezesesseis) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social. O profissional deve ser bacharel em Educação Física.	16 horas mensais	R\$ 47,50	R\$ 760,00	R\$ 9.120,00
03	01	Oficina de Atividades esportivas (educador físico): contratação de profissional para ministrar aulas tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças, adolescentes, idoso. Com carga horária de 10 (dez) horas semanais no período matutino num total de 40 (quarenta) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social. O profissional deve ser bacharel em Educação Física.	40 horas mensais	R\$ 47,50	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00
04	01	Oficina de Capoeira: contratação de profissional para ministrar aulas de capoeira tanto para iniciantes, intermediárias e	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00

		avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças e adolescentes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.				
05	01	Oficina de Instrumentalização: contratação de profissional com notório conhecimento na área para ministrar aulas de instrumentalização, com diversos instrumentos musicais, contemplando os níveis iniciante, intermediário e avançado. As oficinas serão ofertadas especialmente para adolescentes. A carga horária será de 10 (dez) horas semanais, totalizando 40 (quarenta) horas mensais, conforme programação estabelecida pela referida Secretaria.	40 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
06	01	Oficina de Jiu-Jitsu: contratação de profissional para ministrar aulas de jiu-jitsu tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças e adolescentes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00

07	01	Oficina de Muay Thai: contratação de profissional para ministrar aulas de Muay Thai tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças e adolescentes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
08	01	Oficina de Musicalização: contratação de profissional com notório conhecimento na área para ministrar aulas de musicalização, contemplando os níveis iniciante, intermediário e avançado. As oficinas serão direcionadas para crianças, pessoas com deficiência e idosos. A carga horária será de 10 (dez) horas semanais, totalizando 80 (quarenta) horas mensais, conforme programação estabelecida pela referida Secretaria.	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
09	01	Oficina de Pilates: contratação de profissional para ministrar aulas de pilates tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças e adolescentes, com carga horária de 10 (dez) horas semanais num total de 40 (quarenta) horas mensais, conforme programação	40 horas mensais	R\$ 47,50	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00

		da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.				
10	01	Oficina de Teatro: contratação de profissional para ministrar aulas de teatro tanto para iniciantes, intermediários e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças e adolescentes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
11	01	Oficina de Xadrez: contratação de profissional para ministrar aulas de xadrez tanto para iniciantes, intermediárias e avançada, com notório conhecimento na área, atendendo as crianças e adolescentes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais num total de 80 (oitenta) horas mensais, conforme programação da Secretaria Municipal de Secretaria de Assistência Social.	80 horas mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00

O custo estimado total da contratação, com base nos valores de mercado e nos orçamentos apresentados, é o seguinte:

- R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais para a execução das oficinas com carga horária de 40 (quarenta) horas mensais, ministradas por profissionais de nível médio, sendo R\$ 30,00 a hora aula;

R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais para a execução das oficinas com carga horária de 80 (oitenta) horas mensais, ministradas por profissionais de nível médio, sendo R\$ 30,00 a hora aula;



- R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) mensais para a execução das oficinas com carga horária de 40 (quarenta) horas mensais, ministradas por profissionais de nível superior, sendo R\$ 47,50 a hora aula;

Os valores ora apresentados foram definidos com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores e profissionais da área, estando detalhados na tabela constante deste Termo de Referência ou em documento de orçamento anexo, de forma a assegurar a economicidade e a transparência do processo de contratação.

Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

O prazo de vigência da contratação será de 12 meses e poderá ser renovado por igual período contados a partir da assinatura do contrato do(a) mesmo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

A forma de reajuste às cada 12 (doze) meses do serviço, se dará pelo índice INPC;

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV constitui-se em uma oferta complementar da Proteção Social Básica, de caráter preventivo e proativo, que busca fortalecer relações familiares e comunitárias, promovendo o sentimento de pertença, a troca de experiências e a valorização da diversidade cultural, etária e social. Trata-se de um serviço socioassistencial que visa prevenir situações de risco social e pessoal, ampliando as potencialidades dos usuários e promovendo a construção de novos projetos de vida.

Nesse contexto, torna-se essencial o credenciamento de oficinairos para ministrar oficinas voltadas a diferentes grupos etários (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), com a finalidade de proporcionar vivências educativas, culturais, artísticas, esportivas e lúdicas, alinhadas às diretrizes do SCFV.

Crianças e jovens frequentemente encontram obstáculos no aprimoramento de competências sociais, intelectuais e afetivas. As oficinas



propostas configuram-se como um recurso para atender a essas demandas de maneira recreativa e participativa. Buscam oferecer um espaço favorável ao aprendizado sobre conquistas, frustrações, normas, planejamento, inventividade, integração e pluralidade, e, sobretudo, incentivam a convivência social equilibrada.

Portanto, o credenciamento de oficinairos mostra-se a forma mais adequada para garantir a oferta regular e planejada dessas atividades, permitindo a contratação de profissionais de distintas áreas do conhecimento e da cultura, conforme a demanda de cada grupo atendido.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

A etapa de execução contemplará a realização das oficinas, com metodologias participativas e adaptadas a diferentes faixas etárias e contextos socioculturais, garantindo acessibilidade, inclusão e promoção do protagonismo dos participantes. Serão observados padrões de qualidade, frequência, registro de presença e relatórios de atividades, permitindo o acompanhamento contínuo pela equipe gestora.

O ciclo de vida do serviço também inclui o monitoramento e a avaliação periódica, visando identificar resultados, impactos e possíveis ajustes metodológicos, além de assegurar o cumprimento das metas estabelecidas. Ao final das atividades ou do período contratual, será realizado o encerramento formal, com entrega de relatórios finais, comprovação de resultados e avaliação global do desempenho dos oficinairos, de modo a subsidiar futuras contratações e aprimorar o serviço prestado.

Assim, a solução contempla um processo integrado, transparente e sustentável, que garante a contratação de profissionais capacitados, a oferta de oficinas de qualidade e a efetividade das políticas públicas, desde a fase de planejamento até a conclusão e avaliação final.



REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 Sustentabilidade

Não foram constatados possíveis impactos ambientais com a presente contratação.

5 Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

O trabalho desenvolvido deve seguir linguagem compatíveis com a criança e ao adolescente como ser em formação, e também da novidade de alguns temas para alguns grupos, atentando-se para com a gravidade e seriedade de algumas demandas.

6 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7 Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.8.1 Início da execução do objeto: De imediato a conclusão do processo licitatório, considerando o planejamento junto aos demais equipamentos municipais, referente às ações conjuntas;

7.8.2 Descrição detalhada da execução do trabalho:

7.8.3 Atividades com grupos de acordo com a idade, com planejamento constando, demanda, foco, ação e resultado esperado;



7.8.4 Cronograma de atividades de cada mês, planejado com a equipe de referência, dias temáticos e ações conjuntas com outras políticas públicas;

7.8.5 Interação multiprofissional sempre que necessário, considerando a viabilidade da equipe técnica atuante do CRAS E CREAS.

8 Local da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados preferencialmente na Sede do SCFV, Rua Pedro Moré, Bairro Samambaia, mas com acesso aos demais equipamento da secretaria e públicos que colaborem com a atividade;

Materiais a serem disponibilizados pela secretaria, conforme necessidade para desempenho adequado do seu trabalho.

9 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de mais de um cadastro para a oficina em questão, o método utilizado para a avaliação será de responsabilidade da Comissão de Avaliação, que procederá à análise da documentação e das informações apresentadas pelos proponentes no sistema eletrônico.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.8.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.8.2 A vigência do contrato é duração de 1 um ano, podendo ser prorrogado em até 5 (cinco) anos a partir da data de homologação, considerando o interesse de ambas as partes.



9.8.3 Haverá atualização do valor mensal do contrato, que se adequará a cada aniversário do mesmo, em caso de não interrupção das partes.

9.8.4 A adequação seguirá o índice **INPC** em conformidade com a inflação atual.

9.8.5 Caso o oficineiro ou empresa credenciada não atenda às expectativas da Administração Pública, seja por descumprimento das condições estabelecidas, baixo desempenho, inassiduidade, má qualidade dos serviços prestados, comportamento inadequado ou qualquer outra irregularidade verificada pela equipe responsável, a Prefeitura poderá, a seu exclusivo critério, proceder à substituição do prestador.

Nessa hipótese, o credenciado será notificado para apresentar justificativa no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, podendo a Administração, após análise, rescindir o credenciamento e convocar o próximo colocado no processo de credenciamento para assumir as atividades, observadas as mesmas condições e valores previamente estabelecidos.

A decisão da Administração quanto à substituição será irrecorrível na esfera administrativa, quando fundamentada em relatório técnico ou avaliação da equipe gestora do projeto, visando garantir a qualidade e o bom andamento das oficinas.

CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.8.5 Execução do pagamento acontecerá em conformidade com o acordado em proposta de autoria da empresa;

9.8.6 Execução do cronograma previamente acordado de em duas etapas;

10 Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).



O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de um (01) dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e



f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



12 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até cinco dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

13 Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CREDENCIAMENTO.

15 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



16 Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



17 Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital] ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



18 Qualificação Econômico-Financeira

certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19 Qualificação Técnica

O fornecedor deverá anexar Carta Proposta inicial contendo descrição de seu trabalho; Certificado de Conclusão de Curso em Filosofia; Comprovação de tempo de trabalho na política da criança e do adolescente, com fotos ou links



que elucidam o funcionamento do seu trabalho e/ou atestado de capacidade técnica.

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.8.1 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da



assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 256.320,00** (Duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima ou em orçamento anexo, onde cita o valor.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Dotação					
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso	Funcional programática	Grupo da fonte
2025	4040	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00794 - FEAS - PISO PARANAENSE DE ASSIT SOCIAL C/C 37.625-6	08.001.08.245.0011.2035	Do Exercício
2025	4050	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00934 - SCFV - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	08.001.08.245.0011.2035	Do Exercício
2025	4043	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00838 - BB PROG CUIDA MAIS PR 35,2024 C/C 53844-2	08.001.08.245.0011.2035	Do Exercício
2025	4425	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00879 - BB GAR CRIANÇA E ADOSLESCENTE F: 879 C/C 54933-9	08.002.08.243.0012.6037	Do Exercício

Jacqueline Barbara De Jesus Leal

**Diretora Da Secretaria Municipal De Assistência, Cultura, Turismo, E
Desenvolvimento Social.**



1.1.1. APENDICE I do ANEXO I- Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE OFICINEIROS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar a necessidade e a viabilidade da contratação, por meio de procedimento de credenciamento, de profissionais oficinairos para atuarem como facilitadores em oficinas educativas promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

A contratação dos oficinairos visa garantir a oferta de atividades socioeducativas, culturais, artísticas e de convivência, voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como à promoção do desenvolvimento pessoal e social dos usuários atendidos pelos serviços da rede socioassistencial do município.

Considerando a diversidade de perfis e áreas temáticas das oficinas a serem ofertadas, o credenciamento mostra-se o instrumento mais adequado para assegurar a participação de profissionais com diferentes formações e habilidades, permitindo amplitude na escolha de oficinairos habilitados, conforme a demanda apresentada pelos programas e projetos da Secretaria.

Dessa forma, este ETP justifica-se pela necessidade de atender com qualidade, eficiência e legalidade as ações da política de assistência social, garantindo a observância dos princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência na seleção dos prestadores de serviço.

Objetivos Específicos:

- 1.1. Atender à necessidade de contratação de oficinairos, garantindo padrões mínimos de qualidade pedagógica e metodológica, de forma a



possibilitar a seleção de profissionais aptos e habilitados a desenvolverem oficinas socioeducativas de maneira eficiente e adequada às demandas da Secretaria.

- 1.2. Disponibilizar profissionais capacitados para conduzir oficinas nas mais diversas áreas — culturais, artísticas, esportivas, manuais e educativas — assegurando que os usuários dos serviços socioassistenciais tenham acesso a atividades que promovam inclusão social, fortalecimento de vínculos e ampliação de conhecimentos.
- 1.3. Apoiar os programas, projetos e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Social por meio da realização de oficinas que funcionem como instrumentos de acolhimento, convivência comunitária, desenvolvimento pessoal e incentivo à participação social.
- 1.4. Contribuir para a construção de espaços de integração social, estimulando a criatividade, a cooperação, o respeito e o senso de pertencimento entre os usuários, de modo a complementar as ações de proteção social básica e especial.

2. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

Poderão participar do presente credenciamento os profissionais cujas áreas de atuação estejam relacionadas à natureza das oficinas propostas, desde que comprovem possuir perfil e competências compatíveis com os objetivos estabelecidos pela Secretaria, mediante apresentação de currículo e/ou portfólio, atestado de capacidade técnica, que demonstre experiência anterior em atividades de ensino, oficinas, cursos, treinamentos ou ações educativas, preferencialmente vinculadas à área temática em que pretendem atuar.

O profissional ministrante das atividades deverá ter disponibilidade de horário e possibilidade de deslocamento para atender as ações descentralizadas.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE



A Secretaria Municipal de Assistência Social, em cumprimento às suas atribuições legais e considerando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), necessita promover atividades socioeducativas, culturais, artísticas e de convivência comunitária voltadas aos usuários da rede socioassistencial.

Ainda que já exista uma quantidade significativa de oficinas em andamento, a demanda crescente e diversificada do público atendido exige a ampliação e a diversificação da oferta, de modo a contemplar diferentes interesses, faixas etárias e contextos sociais. Nesse sentido, torna-se fundamental disponibilizar novas oficinas que não apenas complementem as já existentes, mas que também tragam inovação, ampliem as possibilidades de escolha e garantam maior alcance às ações da política socioassistencial.

Tais atividades se configuram como instrumentos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, promoção da inclusão social, estímulo à cidadania, desenvolvimento de habilidades e prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social.

Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de profissionaisicineiros, devidamente capacitados, para atuarem como facilitadores e instrutores em oficinas educativas, abrangendo diferentes áreas temáticas. Essas oficinas devem valorizar o protagonismo dos usuários, estimulando sua autonomia, criatividade e senso crítico, bem como o reconhecimento das potencialidades específicas de cada faixa etária, de modo a promover a participação ativa no processo de aprendizagem e convivência.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

<u>COTAÇÕES</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR DA HORA</u>	<u>VALOR UN. (MENSAL)</u>	<u>VALOR TOTAL (ANUAL)</u>
LOTE 01:: Oficina de artesanato 80h mensais				
Julieti Aparecida de Siqueira CNPJ 37.926.321/0001-21	80h mensais	R\$ 26,28	R\$ 2.102,40	R\$ 25.228,80
BLL Compras		R\$ 48,00	R\$ 3.840,00	R\$ 46.080,00
Edital prefeitura de Medianeira - PR		R\$ 26,96	R\$ 2.156,80	R\$ 25.881,60
LOTE 02: Oficina de Educação física 16 h mensais (período vespertino)				

Rogério Carlos da Silva Nunes CNPJ: 62.688.113/0001-89	16h mensais	R\$ 55,00	R\$ 880,00	R\$ 10.560,00
BLL Compras		R\$ 68,53	R\$ 1.096,48	R\$ 13.157,76
Edital prefeitura de Japira – PR		R\$ 66,36	R\$ 1.061,76	R\$ 12.741,12
LOTE 03: Oficina de Educação física 40 h mensais (período matutino)				
Rogério Carlos da Silva Nunes CNPJ: 62.688.113/0001-89	40h mensais	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
BLL Compras		R\$ 68,53	R\$ 2.741,20	R\$ 32.894,40
Edital prefeitura de Medianeira - PR		R\$ 37,00	R\$ 1.480,00	R\$ 17.760,00
LOTE 04: Oficina de Capoeira 80h mensais				
Natan Wesley de Almeida Santana CNPJ: 57.955.354/0001-07	80h mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
BLL Compras		R\$ 39,00	R\$ 3.120,00	R\$ 37.440,00
Edital prefeitura de Medianeira - PR		R\$ 26,96	R\$ 2.156,80	R\$ 25.881,60
LOTE 05: Oficina de Instrumentalização 40h mensais				
Alexandra Maria da Cunha CNPJ: 53.596.238/0001-98	40h mensais	R\$ 30,00	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
BLL Compras		R\$ 78,39	R\$ 3.135,60	R\$ 37.627,20
Rafaela de Mello de Souza de Oliveira CNPJ:62.757.598/0001-15		R\$ 30,00	R\$ 1.200,00	14.400,00
LOTE 06: Oficina de Jiu-Jitsu 80h mensais				
Eliane Farias da Silva CNPJ: 62.341.291/0001-39	80h mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
BLL Compras		R\$ 47,00	R\$ 3.760,00	R\$ 45.120,00
Edital prefeitura de Formosa do Sul- SC		R\$ 50,00	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
LOTE 07: Oficina de Muai Thay 80h mensais				
Franciele Samara de Souza Oliveira CNPJ: 58.479.227/0001-41	80h mensais	R\$ 65,00	R\$ 5.200,00	R\$ 62.400,00
Rafael Pereira CNPJ: 50.316.706/0001-35		R\$ 70,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
Eduardo Felipe da Silva Santos CNPJ 35.562.810/0001-16		R\$ 75,00	R\$ 6.000,00	72.000,00
LOTE 08: Oficina de musicalização 80h mensais				
Alexandra Maria da Cunha CNPJ: 53.596.238/0001-98	80h mensais	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00	R\$ 28.800,00
BLL Compras		R\$ 26,00	R\$ 2.080,00	R\$ 24.960,00r
Edital prefeitura de Medianeira - PR		R\$ 26,96	R\$ 2.156,80	R\$ 25.881,60
LOTE 09: : Oficina de Pilates 40h mensais				
Mireli Faria Fisioterapia e Pilates Ltda CNPJ: 55.906.361/0001-93	40h mensais	R\$ 47,50	R\$ 1.900,00	R\$ 22.800,00
BLL Compras		R\$ 85,00	R\$ 3.400,00	R\$ 40.800,00
Edital prefeitura de Itaporanga - SP		R\$ 42,50	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
LOTE 10: : Oficina de Teatro 80h mensais				
Moringa quente produtora cultural e editora LTDA CNPJ: 62.192.277/0001-10	80h mensais	R\$ 32,50	R\$ 2.600,00	R\$ 31.200,00
BLL Compras		R\$ 40,99	R\$ 3.279,20	R\$ 39.350,40
Edital prefeitura de Medianeira - PR		R\$ 26,96	R\$ 2.156,80	R\$ 25.881,60
LOTE 11: Oficina de Xadrez 80h mensais				
Giulia Lara Coutinho dos Santos CNPJ 53.699.020/0001-69	80h mensais	R\$ 18,70	R\$ 1.496,00	R\$ 17.952,00

BLL Compras		R\$ 61,00	R\$ 4.880,00	R\$ 58.560,00
Edital prefeitura de Antônio Prado – MG		R\$ 45,00	R\$ 3.600,00	R\$ 43.200,00

5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando que cada oficina possui área de atuação distinta e demanda competências específicas do profissional, justifica-se o parcelamento da contratação em diferentes lotes. A realização de toda a contratação em um único lote poderia comprometer a adequação e a qualidade das atividades, prejudicando o atendimento eficaz às necessidades do público-alvo.

6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a realização do presente credenciamento, pretende-se ampliar a oferta de oficinas educativas em diferentes áreas temáticas, abrangendo atividades culturais, artísticas, esportivas, pedagógicas e manuais, de modo a atender à diversidade de perfis e interesses dos usuários da rede socioassistencial. Espera-se, ainda, que as oficinas promovam o protagonismo dos usuários, estimulando sua autonomia, criatividade e desenvolvimento de competências pessoais e sociais, considerando as potencialidades específicas de cada faixa etária.

Adicionalmente, busca-se fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de espaços de convivência que incentivem a cooperação, a troca de saberes e o senso de pertencimento. A oferta regular de oficinas também contribuirá para a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social, promovendo inclusão, autoestima e cidadania.

O credenciamento de oficinairos qualificados garante a continuidade e a qualidade das ações socioassistenciais, atendendo de forma adequada às demandas dos programas, serviços e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social. Por fim, espera-se assegurar a economicidade, a transparência e a eficiência na contratação, permitindo a seleção ampla e isonômica dos profissionais, de modo a otimizar os recursos públicos e ampliar os impactos positivos das ações educativas e socioassistenciais.

7. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da formalização do contrato referente à licitação em contexto, foram adotadas as providências exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

Foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), identificando a necessidade da aquisição e justificando a escolha da solução mais adequada. Em seguida, produziu-se o Termo de Referência, contendo a descrição detalhada dos produtos/serviços e condições contratuais.

A estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa de mercado, incluindo cotações de fornecedores e consultas a bases públicas.

Diante disso, restam demonstradas a regularidade e a conformidade dos atos preparatórios que antecedem a formalização contratual, garantindo que a contratação ocorra de maneira planejada, transparente e alinhada ao interesse público.

8. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação revela-se plenamente viável à luz da Lei nº 14.133/2021, considerando-se o planejamento prévio, o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais prestados pelas unidades da rede socioassistencial.

A contratação demonstra-se viável e necessária à medida que:

- **Eficiência:** O credenciamento de oficinairos possibilita a seleção de profissionais qualificados em diversas áreas, assegurando a oferta contínua e de qualidade das oficinas socioeducativas, de acordo com a demanda apresentada pelos serviços da Secretaria.
- **Eficácia:** A medida contribui para o alcance dos objetivos da política socioassistencial, ao garantir atividades que promovam inclusão social, protagonismo dos usuários, fortalecimento da autonomia e desenvolvimento das potencialidades de cada faixa etária.
- **Efetividade:** A realização regular de oficinas conduzidas por oficinairos capacitados gera impactos positivos nas ações sociais, ampliando oportunidades de convivência comunitária, fortalecendo vínculos

familiares e sociais, e proporcionando melhoria na qualidade de vida dos usuários atendidos.

- **Economicidade:** O credenciamento evita contratações fragmentadas e possibilita maior racionalidade na alocação de recursos, permitindo a contratação conforme a real necessidade dos programas e serviços, com transparência, isonomia e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos próprios do município de Jaboti – Pr. Entre as Fontes de recurso estão como possibilidade:

Dotação					
Exercício	Conta da despesa	Natureza	Fonte de recurso	Funcional programática	Grupo da fonte
2025	4040	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00794 - FEAS - PISO PARANAENSE DE ASSIT SOCIAL C/C 37.625-6	08.001.08.245.0011.2035	Do Exercício
2025	4050	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00934 - SCFV - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	08.001.08.245.0011.2035	Do Exercício
2025	4043	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00838 - BB PROG CUIDA MAIS PR 35,2024 C/C 53844-2	08.001.08.245.0011.2035	Do Exercício
2025	4425	3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	00879 - BB GAR CRIANÇA E ADOSLESCENTE F: 879 C/C 54933-9	08.002.08.243.0012.6037	Do Exercício

O município é munido de viabilidade técnica, por conter na relação de orçamentos um profissional com a formação técnica base para a fundamentação da proposta.

O projeto está em conformidade às necessidades atuais de nossa atuação, sendo de interesse de nossa secretaria tal execução.



Jacqueline Barbara De Jesus Leal
Diretora Da Secretaria Municipal De Assistência, Cultura, Turismo, E
Desenvolvimento Social

Luana de Lima Ferraz
Chefe da Divisão de Proteção Especial

Willian Santos do Carmo
Chefe da Divisão de Proteção Social Básica

APENDICE II DO ANEXO I-ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Risco	Evento de Risco	Possível Impacto	Causa Provável	Estratégia de Resposta	Probabilidade	Impacto
-------	-----------------	------------------	----------------	------------------------	---------------	---------

1	Contratação de profissional sem expertise necessária	Comprometimento das atividades previstas, como eventos e atendimentos ao público	Ausência de comprovação de experiência	Definir critérios objetivos de habilitação técnica (ex.: comprovação de formação específica, portfólio de trabalhos, declaração de experiência mínima).	Média	Alto
2	Logística inadequada para prestação dos serviços	Atrasos ou cancelamentos de oficinas, descontinuidade no cronograma do projeto	Infraestrutura física inadequada (salas pequenas, sem ventilação, sem equipamentos)	Mapear previamente os espaços disponíveis e adequados para as oficinas. Compatibilizar agenda dos oficinairos com o cronograma do CRAS/órgão gestor.	Média	Média
3	Irregularidades na documentação fiscal	Suspensão de pagamentos e sanções administrativas à administração	Descumprimento das exigências legais por parte do fornecedor	Fiscalização por meio do SICAF e exigência de regularidade fiscal durante todo o contrato	Baixa	Médio
4	Desistência dos credenciados	Prejuízo à continuidade das atividades programadas. Desmotivação dos usuários e perda de adesão	Remuneração considerada insuficiente em relação à carga de trabalho. Falta de comprometimento ou vínculo frágil com o projeto social.	Inserir cláusulas contratuais de compromisso, incluindo penalidades para desistência injustificada, tornar claros os valores de remuneração e cronograma antes da assinatura.	Média	Alto
5	Inadimplemento contratual	Necessidade de rescisão contratual e abertura de novo processo seletivo/credenciamento.	Falta de comprometimento do credenciado, planejamento inadequado da capacidade do contratado.	Elaborar contrato com cláusulas claras de obrigações, prazos e penalidades, solicitar declaração de capacidade técnica e disponibilidade antes da assinatura.	Média	Alto

Jacqueline Barbara De Jesus Leal
Diretora Da Secretaria Municipal De Assistência,
Cultura, Turismo, E Desenvolvimento Social



ANEXO II

Documentos para habilitação

1. Habilitação jurídica

1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-



Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3. Qualificação Econômico-Financeira

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)); emissão de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

3.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3.3 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#))



3.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

3.6 Comprovante de Boa Situação Financeira/ Demonstrativo de índices financeiros, assinados pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

3.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4. Qualificação Técnica

4.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e **operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação**, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2.1 Atestado fornecido por pessoa Jurídica de Direito Público ou Atestado fornecido por pessoa Jurídica de Direito Privado.

4.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4 Poderão participar do presente credenciamento os profissionais cujas áreas de atuação estejam relacionadas à natureza das oficinas propostas, desde que comprovem possuir perfil e competências compatíveis com os objetivos estabelecidos pela Secretaria, mediante apresentação de currículo e/ou portfólio, atestado de capacidade técnica, que demonstre experiência anterior em atividades de ensino, oficinas, cursos, treinamentos ou ações educativas, preferencialmente vinculadas à área temática em que pretendem atuar.



O profissional ministrante das atividades deverá ter disponibilidade de horário e possibilidade de deslocamento para atender as ações descentralizadas.

5. Das declarações Diversas.

5.1 Juntamente com os demais documentos de habilitação a licitante deverá apresentar as declarações inseridas no **Anexo III**.



ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Á(o) Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Jaboti/PR
CREDENCIAMENTO 07/2025

Pelo presente instrumento, a empresa _____ (Razão Social), CNPJ de nº _____ / ____-__, com sede na Rua _____ (Endereço Completo), através de seu representante legal infra-assinado.

1. Declaração ME/EPP.

Declara para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que estou sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

2. Declaração Inidoneidade.

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade _____ Eletrônico nº ____/2025 instaurada pela Prefeitura Municipal de Jaboti-PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

3. Declaração de inexistência fatos impeditivos para sua habilitação.

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4. Declaração de inexistência de Parentes.

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ Eletrônico nº ____/2025, instaurada pelo Município de Jaboti-PR, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da A Secretária Municipal de Assistência Social.

5. Declaração de não utilização de mão de obra infantil.

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99

- Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

6. Declaração Responsabilidade

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do _____ de nº ____/2025 da Prefeitura Municipal de Jaboti/PR, que a empresa tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.



7. Declaração de autenticidade dos documentos apresentados.

Declaro que tomou conhecimento de todas as informações e das condições gerais para o cumprimento das obrigações do objeto do Edital de Licitação em referência, bem como da legislação pertinente e assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que foram apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessários.

8. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de Pregão Presencial em referência, instaurada pela Prefeitura Municipal de Jaboti, Estado do Paraná, que a empresa (identificação), cumpre plenamente com os requisitos de habilitação e assumimos inteira responsabilidade pelos documentos apresentados; comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência.

Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstos em Lei e em outras normas específicas.

Tomamos conhecimento de Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data

Assinatura do responsável legal e carimbo da empresa



ANEXO IV

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF n° _____, com sede na Rua _____, n° _____, Bairro _____, Município de _____ - __, vem solicitar credenciamento para realizar prestação de serviços de _____, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Jaboti.

_____, em ____ de _____ de 2025.

(carimbo, nome, RG n°. e assinatura do responsável legal)



ANEXO V

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JABOTI

INEXIGIBILIDADE/ CREDENCIAMENTO 07/2025

Pelo presente Contrato Administrativo, de um lado **ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL DE JABOTI**, Pessoa jurídica de Direito Público Interno inscrito no Cadastro nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 14.738.677/0001-36,, estabelecido à *Rua Sete de Setembro, 204* | CEP 84.930.000 |, nesta cidade de Jaboti, Estado do Paraná, neste ato representado pela Senhora *Jacqueline Barbara de Jesus Leal, Diretora do Fundo Municipal de Assistência Social.*; residente neste município, estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) , *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 35/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.2

O objeto do presente instrumento é a Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de ANUNCIOS EM CARRO DE SOM para atender o Prefeitura Municipal de Jaboti., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.3 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.4 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.O Termo de Referência;

1.5.1 O Edital da Licitação;

1.5.2 A Proposta do contratado;

1.5.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.5 O presente contrato terá sua vigência a partir da data de sua assinatura em encerrando-se após 12 (dode) meses, poderá ser renovado em até 5 anos contados, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.5 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.5 O valor total da contratação é de

5.6 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.5 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.5 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.6 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.8 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.9 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.10 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.11 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.12 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.5 São obrigações do Contratante:

8.6 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



8.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.8 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.9 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.10 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.11 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.12 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.13 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.14 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.15 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.16 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.17 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.5 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.7 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.8 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



9.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.21 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.22 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.



9.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.5 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.5 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.6 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.6.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.6.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 11.6.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste

Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

- 11.7 moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 11.8 moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 11.8.1 O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.9 compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.10 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.11 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.11.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.11.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.11.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.13 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.14 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.15 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.18 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.5 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.6 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.6.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.7 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.7.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.7.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3 Indenizações e multas.

12.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.5 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.5 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.6 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.7 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.5 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

16.5 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital de Licitação, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Considerando os propósitos das exposições acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral,



mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. _____

Representante legal do CONTRATANTE _____

Representante legal do CONTRATADO